

PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO URBANO E PRODUÇÃO DA DESIGUALDADE NA CIDADE

SOCIAL PRODUCTION OF URBAN SPACE AND PRODUCTION OF INEQUALITY IN THE CITY

Michele de Sousa

Mossoró – Rio Grande do Norte – Brasil
sousa.michele@gmail.com

Arthur Magon Whitacker

Presidente Prudente – São Paulo – Brasil
whitacker@uol.com.br

RESUMO

Este artigo é parte de um trabalho dissertativo e tem como objetivo refletir sobre a produção do espaço urbano no capitalismo contemporâneo, evidenciando a relação com as formas e processos de diferenciação, desigualdade e fragmentação socioespaciais, segregação e autosegregação. Trata-se de uma reflexão teórica. Sendo assim, ao longo do texto destacam-se alguns pontos para discussão sobre o processo de produção do espaço urbano, tendo como ponto de partida a diferenciação e a desigualdade socioespaciais que podem se aprofundar em outros processos que são revelados nas formas e conteúdos das cidades e são engendrados por agentes públicos e privados no afã de atender as necessidades do capital. Além disso, buscou-se referencial que abordasse como esses processos podem ser apreendidos em diferentes níveis e escalas. Depreende-se que a produção da cidade é feita, pensada e planejada desigualmente. A materialidade dessa cidade, suas formas e estruturas, expressa tal desigualdade e condiciona em algum nível práticas espaciais. Logo, o produto faz-se tão desigual quanto a sociedade que o concebe.

Palavras-chave: Produção do espaço; Diferenciação socioespacial; Desigualdade socioespacial; Processos espaciais.

ABSTRACT

This paper aims to reflect on the production of urban space in contemporary capitalism, highlighting the relationship about forms and processes of differentiation, inequality and socio-spatial fragmentation, segregation and self-segregation. This is a theoretical reflection. Thus, throughout the text, some points for discussion about the process of production of urban space are highlighted, starting from the socio-spatial differentiation and inequality that can be deepened in other processes that are revealed in the forms and contents of cities and are engendered by public and private agents in an effort to attend the needs of capital. In addition, it was sought to refer to how these processes can be apprehended at different levels and scales. It appears that the production of the city is made, designed and planned unevenly. The materiality of this city, its forms and structures, expresses such inequality and conditions at

some spatial practices level. Therefore, the product becomes as unequal as the society that conceives it.

Keywords: Space production; Socio-spatial differentiation; Socio-spatial inequality; Spatial processes.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo surge da busca por uma reflexão teórica acerca da produção do espaço urbano e a produção da desigualdade na cidade. O objetivo do texto foi refletir sobre a produção do espaço urbano no capitalismo contemporâneo, evidenciando a relação com as formas e processos de diferenciação, desigualdade e fragmentação socioespaciais, segregação e autosegregação.

Desta forma, o desenvolvimento deste artigo está dividido em três partes. Na primeira, uma breve revisão da diferenciação como tema desde a Geografia Clássica até a Geografia Crítica, quando o espaço ganha *status* de categoria analítica e encontra terreno fértil no espaço urbano capitalista. Na segunda seção aborda-se a produção social do espaço urbano como condição, meio e produto da desigualdade. Carlos (2007) propõe níveis e escalas de análise da apropriação/produção do espaço como condição, meio e produto que podem ser apreendidos na realização da vida cotidiana, em um determinado tempo histórico, nas escalas que vão do global ao local, nos níveis econômico, político e social. Esta análise revela que a produção do espaço se dá de forma desigual em todas as partes do globo e em todas as escalas, por meio dos seus agentes de modo a atender as demandas do capital.

Na última parte, trata-se dos processos de diferenciação, desigualdade e fragmentação socioespaciais, segregação e autosegregação. Esses processos são espaciais, mas também temporais porque foram construídos ao longo da constituição socioespacial de cada local e se deram na reprodução da sociedade, pois, como afirma Carlos (2007), a produção do espaço pode ser compreendida por meio da produção da vida, onde um se realiza no âmbito do outro e por meio do outro, levando em conta as desigualdades, que, segundo a autora, têm base no desenvolvimento histórico da propriedade privada, no valor de troca e no valor de uso que se dá na apropriação dos locais em diferentes escalas, no desvendar dos conteúdos desses processos socioespaciais, os quais são abordados na perspectiva de Carlos (2007); Corrêa (2007); Sposito (2013) e Vasconcelos (2013).

2 DA DIFERENCIAÇÃO COMO PRINCÍPIO EXPLICATIVO À DIFERENCIAÇÃO COMO PROBLEMÁTICA

O tema da diferenciação socioespacial não é novo na Geografia. Está presente desde a Geografia Tradicional ou Clássica, que vai do ínterim de 1870 – fase em que, houve o estabelecimento do estudo dessa matéria nas universidades europeias – à década de 1950 (CORRÊA, 2000). Nessa fase, o estudo das diferenças estava voltado para a pesquisa da região, conceito que foi privilegiado na época, além da paisagem, e era visto como “capaz de promover o encontro entre as ciências da natureza e as ciências humanas, o produto-síntese de uma reflexão verdadeiramente geográfica”, ou seja, a relação do homem com o meio (GOMES, 2000, p.62).

Esses estudos estão presentes nas obras de geógrafos como Alfred Hettner e Richard Hartshorne. Um dos objetivos principais dessas pesquisas era a identificação e descrição das regiões, o estudo em profundidade de um objeto singular, o que atribuiu a essas investigações científicas a designação de empiricista e descritiva (GOMES, 2000; BESSA, 2010).

A Geografia Teórica-Quantitativa da década de 1950 estava fundamentada no raciocínio lógico-matemático, hipotético-dedutivo, cuja origem eram as ciências naturais. Diferente do período anterior, buscava generalizações, a elaboração de modelos teóricos, análises quantitativas, geométricas e econômicas do espaço, espaço este que passa a ser o principal conceito na análise geográfica. A organização espacial é compreendida de duas formas que se complementam, sob a noção de planície isotrópica e representação matricial (CORRÊA, 2000; BESSA, 2010).

A planície isotrópica parte do princípio da homogeneidade das características naturais e humanas do espaço em toda a superfície terrestre. A circulação nesta superfície é permitida em todos os sentidos, desde que os gastos sejam minimizados e os lucros maximizados. “Sobre esta planície de lugares iguais desenvolvem-se ações e mecanismos econômicos que levam à diferenciação do espaço.” Essa diferenciação socioespacial, entretanto, é concebida como uma expressão de equilíbrio espacial. O autor afirma que “diferenciação e equilíbrio não são, assim, estranhos entre si nesta concepção” (CORRÊA, 2000, p.21).

A representação matricial e topológica da organização do espaço se dava por meio de desenhos geométricos e matrizes matemáticas, em busca de generalizações e

construções teóricas que explicassem os fenômenos sociais e naturais, por meio de um método único da Geografia como ciência espacial. Dois estudos se destacaram na construção de modelos teóricos: a teoria das localizações, de Johann Heinrich von Thünen, e a teoria das localidades centrais, de Walter Christaller (CORRÊA, 2000; BESSA, 2010).

A principal variável nessas teorias era a distância observada como variável independente, um dos aspectos que contribuiu para fazer com que esta concepção tivesse uma “visão limitada de espaço”, além de uma a-historicidade dos fenômenos sociais, que não levavam em conta ou relegavam a segundo plano a dimensão das contradições, dos agentes sociais, do tempo e das transformações pelas quais passavam os espaços que estavam em condições de concorrência perfeita e de equilíbrio (CORRÊA, 2000, p.21).

Assim sendo, sobretudo por meio da distância e de variáveis econômicas, tinha-se a possibilidade de observar e interpretar a diferenciação socioespacial nesta concepção. Contudo, como esta diferenciação era compreendida “no sentido de ser o espaço um substrato que se diferencia mediante a atuação de um conjunto de variantes econômicas, [...] a natureza da explicação, nas análises teórico-quantitativas, permaneceu superficial e simplista”, o que foi alvo de críticas pelos geógrafos de inclinação marxista (BESSA, 2010, p.47). Foi esse fato que deu origem a uma revolução que culminou, na década de 1970, em uma mudança de paradigma no pensamento geográfico com a geografia crítica (CORRÊA, 2000; BESSA, 2010).

Nesse novo período, o espaço ganha *status* de conceito principal. Sua natureza e significado, além da identificação de suas categorias, são objetos de análise dos geógrafos críticos, ou seja, analisar o espaço produzido pelo capitalismo e a “reprodução das relações de produção em todos os níveis espaciais” (CORRÊA, 2000, p.25), as contradições ocasionadas pelo sistema capitalista, a complexa relação entre sociedade e espaço, que seria um produto social, “um produto concreto de relações sociais historicamente determinadas” (BESSA, 2010, p.47).

Uma das mais relevantes contribuições acerca da dimensão espacial no sistema capitalista de produção, de acordo com Soja (1993), foi formulada por Lefebvre (1972) após reler os textos de Marx sobre a cidade. A diferenciação socioespacial se revela na teoria da produção do espaço elaborada por Lefebvre, por meio das contradições e dos conflitos evidenciados pela reprodução das relações de produção, como afirma Soja (1993, p.65):

A própria sobrevivência do capitalismo, afirmou Lefebvre, estava baseada na criação de uma espacialidade cada vez mais abrangente, instrumental, e também socialmente mistificada, escondida da visão crítica sob véus espessos de ilusão e ideologia. O que distinguia o gratuito véu espacial do capitalismo das espacialidades de outros modos de produção eram sua produção e reprodução, peculiares de um desenvolvimento geograficamente desigual, através de tendências simultâneas para a homogeneização, a fragmentação e a hierarquização [...].

A teoria marxista encontrou terreno fértil no estudo do urbano, tanto na Sociologia como na Geografia, pois, o espaço urbano capitalista é o lócus da reprodução social, revelando os conflitos sociais decorrentes desta, o que pode ser observado em características como a segregação e a desigualdade, além da dimensão simbólica assumida por diferentes grupos projetados em suas formas espaciais (CORRÊA, 2002).

No contexto da geografia crítica, considerando-se a escala supraurbana, a diferenciação socioespacial é analisada por meio dos conceitos de formação socioespacial, contribuição de Milton Santos, e de desenvolvimento espacial desigual, utilizado por diversos autores e termos¹, com origem na lei do desenvolvimento desigual e combinado de Leon Trotsky (BESSA, 2010).

De acordo com Bessa (2010, p.48), o conceito de formação socioespacial “orienta-se, primordialmente, no sentido de precisar como um dado modo de produção manifesta-se concretamente nas diversas formações sociais”, tendo em vista que a organização espacial muda dependendo do modo de produção e de suas transformações ao longo do tempo. Além do mais, observa que a compreensão da sociedade, da estrutura social, só se dá por meio da leitura do espaço produzido pelos homens em suas práticas cotidianas, assim como o espaço só é passível de entendimento por meio dessa mesma sociedade, “sendo, portanto, uma instância e um dado constitutivo.” A autora afirma que o conceito é relevante para a interpretação dos processos de diferenciação, porque leva em conta realidades concretas, particulares, determinadas no tempo e no espaço, o que revela as relações entre as determinações universais do modo de produção e as mediações das formações

¹ Segundo Bessa (2010, p. 50), “desenvolvimento espacial desigual” para Doreen Massey (1991); “desenvolvimento geográfico desigual” para David Harvey (1982); “desenvolvimento geograficamente desigual” para Edward Soja (1983) e “desenvolvimento desigual” para Neil Smith (1988).

socioespaciais em cada contexto.

Referente ao conceito de desenvolvimento espacial desigual, Bessa (2010) coloca que é utilizado na geografia para a compreensão do desenvolvimento desigual entre regiões, nações, setores da economia, crescimento e declínio de centros urbanos, dentre outros. A dimensão espacial nesse conceito está associada a um espaço onde se verifica:

[...] a materialização das relações de produção e de reprodução da sociedade, quer dizer, onde ocorre a concretização das relações sociais, revelando práticas que são essencialmente espaciais, visto que os diversos conteúdos e materialidades que compõem a existência e a reprodução de uma dada sociedade inscrevem-se num dado espaço. Nesse sentido, as relações sociais, em toda a sua multiplicidade, possuem existência real como existência espacial concreta, haja vista que a sociedade, ao produzir sua existência, reproduz, ininterruptamente, o espaço. O espaço, por sua vez, não é simplesmente uma extensão da sociedade, ao contrário, é produto, meio e condição dos múltiplos processos sociais e históricos, resultando, portanto, num espaço diverso e desigual, que, em si mesmo, realimenta os processos de variabilidade espacial. (BESSA, 2010, p.50-51).

Os dois conceitos tratam da dimensão espacial, das relações de produção e da reprodução da sociedade, levando em conta os processos sociais e históricos. Os mesmos divergem em relação à abrangência dos estudos que, na teoria do desenvolvimento desigual, contempla o âmbito universal e, na formação socioespacial, as particularidades regionais (BESSA, 2010).

Segundo Bessa (2010, p.51):

A discussão acerca do desenvolvimento, conceito que denota um conjunto de mudanças nas esferas econômicas, políticas, sociais e culturais, e da contradição entre desigualdade e combinação dirige-se para o âmbito universal - contrariamente à da formação socioespacial, cuja lógica associa-se ao particular.

Para Santos (1979, p.15):

Os componentes do espaço são os mesmos em todo o mundo e formam um *continuum* no tempo, mas variam quantitativa e qualitativamente segundo o lugar, do mesmo modo que variam as combinações entre eles e seu processo de fusão. Daí vem a diferença entre espaços.

Para Corrêa (2007), as diferenciações socioespaciais podem ser observadas na

escala da rede urbana e do espaço intraurbano. O autor adverte que a diferenciação se dá de forma distinta nas duas escalas, porém complementares, pois o que se dá em uma escala tem repercussão na outra.

Afirma que, em relação à rede urbana, a diferenciação socioespacial é explicitada por meio da hierarquização dos espaços, decorrente das especializações funcionais dos centros urbanos. Ratifica, portanto, que o processo de diferenciação nesta escala pode ser apreendido por meio dos temas: “gênese e dinâmica, funções, tamanho, interações espaciais e forma espacial” (CORRÊA, 2007, p.65).

Por sua vez, a cidade é o espaço, por excelência, onde as relações do modo capitalista de produção se dão com mais intensidade em diversas formas e conteúdos. Esse espaço é produzido pela sociedade em suas relações econômicas, políticas, culturais e sociais. É um produto humano, decorrente do percurso histórico da sociedade como um todo e das particularidades que os processos mais amplos assumem ao se combinarem a elementos do local.

3 PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO URBANO: CONDIÇÃO, MEIO E PRODUTO DA DESIGUALDADE

A existência da cidade está relacionada com alguns elementos, sendo eles, de acordo com Carlos (2009, p.60), “a divisão do trabalho, a divisão da sociedade em classes, a acumulação tecnológica, a produção do excedente agrícola decorrente da evolução tecnológica, o sistema de comunicação e uma certa concentração espacial das atividades não-agrícolas”.

Numa perspectiva do processo de urbanização no Ocidente, a partir da Revolução Industrial, no século XVIII, nas cidades se organizou a produção. Nesse sentido, a cidade é o espaço onde a produção industrial ocorre majoritariamente, pois nela se concentram os meios de produção necessários à reprodução desta atividade.

Carlos (2008, p.21-24) argumenta que “[...] o espaço aparecerá como condição e meio, desvanecendo-se o fato de que também é produto”, produto do trabalho e da dinâmica do homem no “[...] processo de produção dos seus meios de subsistência”, ou seja, na “[...] reprodução do capital e da vida humana”.

Logo, a cidade é o espaço onde habitam os consumidores e trabalhadores, sendo relevante pensar esse espaço como necessário à reprodução da vida e às condições que se fazem essenciais para viver. Achando-se essas condições

diferenciadas de acordo com o segmento social dos indivíduos, surgem os conflitos e desigualdades sociais.

Ao explicar sobre esses aspectos Carlos (2008, p.22-23) afirma que:

A produção da vida, no cotidiano do indivíduo, não é só a produção de bens para satisfação de suas necessidades materiais, é também a produção de sua humanidade, através da produção de relações (sociais, econômicas, políticas, ideológicas, jurídicas etc.). Por outro lado, a articulação dessas relações tende a individualizar-se espacialmente, dando singularidade às parcelas do espaço, articuladas numa totalidade espacial (como produto histórico).

Essa singularidade, como menciona a autora, está expressa no espaço e nas relações produzidas, não apenas entre sujeitos individuais, mas também entre Estados e organizações. Logo, essas relações não são apenas circunstâncias de um contexto local, pois esse “modelo” de produção do espaço está inserido em um processo mundial, cuja dinâmica do modo de produção capitalista utiliza o espaço no sentido de potencializar ao máximo a reprodução do capital e reproduz diferenças socioespaciais de acordo com a conjuntura socioeconômica de cada local (CARLOS, 2008).

Carlos (2007) propõe que a apropriação/produção do espaço podem ser apreendidas como condição, meio e produto da realização da sociedade em um determinado tempo histórico nos níveis econômico, político e social, e essas se dão nas escalas que vão do local ao global. Significa, assim, que o espaço urbano é condição para a realização da vida, meio (inclusive material) onde a vida se faz e, portanto, um produto da sociedade. Faz-se evidente nesse pensamento – de forte influência lefebvriana, como se depreende da leitura de obras importantes deste autor (LEFEBVRE, 1991) – que a cidade é um produto social e histórico.

Assim, Carlos (2007) faz um esforço analítico no sentido de compreender a dimensão espacial relacionada à perspectiva social da diferenciação, considerando a indissociabilidade dessas esferas, acrescentando assim um atributo ao termo: diferenciação socioespacial. Essa autora afirma que se faz necessário compreender a produção do espaço através da produção da vida, em que um se realiza no âmbito do outro e por meio do outro, levando em conta as desigualdades.

Essas desigualdades têm base no desenvolvimento histórico da propriedade privada, no valor de troca e no valor de uso que se dá na apropriação dos lugares em diferentes escalas, assim como no desvendar dos conteúdos desses processos

socioespaciais, que compreendem, portanto, que a “prática socioespacial é a base e sustentação da vida”, e a divisão espacial do trabalho é o “elemento articulador/diferenciador dos lugares” (CARLOS, 2007, p.47).

Ao apresentar a distinção entre desigualdades e diferenças no nível de determinação da unicidade, Sposito (2011, p.129) argumenta que, na perspectiva de Santos (2008, p.27), é a unicidade das técnicas “que permite ‘a atual unicidade do tempo, o acontecer local sendo percebido como um elo do acontecer mundial’”. Diz que essa propensão, no intuito de estabelecer uma sociedade ocidental regida pelos mesmos valores e práticas, é conduzida no “plano ideológico”, pois não leva em consideração as diferentes formações socioespaciais e considera a:

[...] ideia de que seria possível a justiça ou busca da igualdade ou o progresso ou, ainda, a participação de todos na sociedade de consumo. Nesses termos, as diferenças se transmutam em desigualdades, enquanto as desigualdades, assim observadas, revelam as diferenças de poder de consumo ou de capacidade de decisão ou de possibilidade de apreensão do espaço. Em outras palavras, as desigualdades viram diferenças, porque uma parte da sociedade, de fato, no plano econômico, no político e no social, participa precariamente da vida urbana e da sociedade de consumo, ou participa de forma qualitativamente diferente, porque incompleta, e não apenas quantitativamente desigual (SPOSITO, 2011, p.129).

Na dimensão do espaço intraurbano, Corrêa (2007) estabelece que a diferenciação socioespacial apresenta-se por meio da divisão econômica e da divisão social do espaço. A primeira é caracterizada por parâmetros de uso do solo e pelas estratégias relacionadas à competição por localizações rentáveis para a realização das atividades da indústria, do comércio e de serviços que definem a especialização ou a hierarquização de áreas no espaço da cidade.

Já a divisão social, afirma Corrêa (2007), caracteriza-se pela composição das áreas sociais que são definidas por alguns parâmetros, a exemplo do perfil socioeconômico da população, dotação de infraestrutura, características culturais (língua, religião etc.), dentre outros aspectos que são complementados pela valorização seletiva na área urbana, dependendo da sua localização em relação ao centro e áreas ou setores de amenidades.

Corrêa (2007, p.67) destaca que alguns temas podem ser observados nesta escala, a saber:

i - A localização das atividades econômicas no espaço intra-urbano e a interpretação dos padrões resultantes. ii - O processo de constituição da divisão econômica do espaço, incluindo a ação de agentes sociais e suas lógicas. iii - A identificação das áreas sociais e sua variação no tempo. iv - O processo de constituição das áreas sociais, envolvendo os agentes sociais e os conflitos que emergiram. v - As interações espaciais vinculadas à circulação do capital, à jornada para o trabalho, à visita a parentes e amigos, ao lazer, ao templo. vi - O processo de criação da instável franja rural-urbana e sua urbanização. vii - A criação de infra-estrutura, geral ou específica, e os embates em torno de sua localização. viii - As representações sociais a respeito das diferenças socioespaciais e interpretação dessas representações. ix - Uma área da cidade, bairro ou rua, envolvendo o sentido para os seus moradores.

O autor considera que a divisão econômica e a divisão social do espaço intraurbano são interdependentes e revelam-se na articulação das relações de produção do espaço e na reprodução da sociedade. Percebe-se que alguns temas são comuns às duas escalas, a da rede urbana e a da intraurbana, a exemplo da hierarquização dos espaços, funções e interações espaciais. Corrêa (2007) ressalta, entretanto, que cada escala tem a sua inteligibilidade e compreensão conceitual, não sendo, portanto, possível deslocar a compreensão de uma escala para a outra.

Observa-se tanto na concepção de Carlos (2007) como na de Corrêa (2007) que a diferenciação socioespacial pode ser analisada no âmbito do espaço urbano.

Sposito (2013) afirma que, ao longo do processo de urbanização, a diferenciação socioespacial tem se apresentado como característica das cidades, ensejada pela divisão social e espacial do trabalho.

Constata-se nessa afirmação o aspecto temporal desse processo, fato que também é destacado por Vasconcelos (2013), quando expressa que os processos e as formas socioespaciais têm origem no encontro das transformações da sociedade contemporânea com as permanências do passado. Sendo assim, explica que a diferenciação socioespacial se dá em diferentes contextos decorrente de diversos processos, tais como: as mudanças na economia, as migrações, os conflitos sociais – sejam eles de origem econômica, cultural ou política – dentre outros.

Santos (2006) também reflete acerca da inter-relação entre espaço e tempo e como esse binômio está presente e tem influência nos processos sociais. A essas permanências da divisão social e territorial do trabalho o autor denomina “rugosidades”.

Segundo Santos (2006, p.140):

Em cada qual dos seus momentos, o processo social envolve uma redistribuição dos seus fatores. E essa redistribuição não é indiferente às condições preexistentes, isto é, às formas herdadas, provenientes de momentos anteriores. As formas naturais e o meio ambiente construído incluem-se entre essas formas herdadas. O que na paisagem atual, representa um tempo do passado, nem sempre é visível como tempo, nem sempre é redutível aos sentidos, mas apenas ao conhecimento. Chamemos *rugosidade* ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos. É dessa forma que elas são uma parte desse espaço-fator. Ainda que sem tradução imediata, as rugosidades nos trazem os restos de divisões do trabalho já passadas (todas as escalas de divisão do trabalho), os restos dos tipos de capital utilizados e suas combinações técnicas e sociais com o trabalho.

O autor adverte que o aspecto das realidades estudadas não pode ser desvendado sem a interlocução entre o passado e o presente, observando a importância da articulação na perspectiva espaço-temporal para a compreensão dos processos sociais e espaciais (SANTOS, 2006).

Para o autor:

[...] As rugosidades, vistas individualmente ou nos seus padrões, revelam combinações que eram as únicas possíveis em um tempo e lugar dados. [...] O trabalho já feito se impõe sobre o trabalho a fazer. A atual repartição territorial do trabalho repousa sobre as divisões territoriais do trabalho anteriores. E a divisão social do trabalho não pode ser explicada sem a explicação da divisão territorial do trabalho, que depende, ela própria, das formas geográficas herdadas. (SANTOS, 2006, p.141).

Esses processos ocasionam formas urbanas complexas, oriundas não apenas dos processos, mas também das práticas espaciais. Corrêa (2007, p.68) define os processos espaciais como “um conjunto de forças atuando ao longo do tempo, viabilizando localizações, realocações, permanências de atividades e população sobre o espaço da cidade. Postos em ação pelos diversos agentes sociais da produção do espaço [...]”.

O autor salienta dois aspectos que definem os processos espaciais que são a repetição e a continuidade por um longo intervalo de tempo, tendo em vista que, também, os diferenciam das práticas espaciais, as quais:

[...] constituem ações espacialmente localizadas, engendradas por agentes sociais concretos, visando a objetivar seus projetos específicos [...] não necessariamente sistemáticas e regulares, caracterizadas por uma escala temporal limitada (CORRÊA, 2007b, p.68).

Santos (2006, p.140) relaciona os processos e as práticas afirmando que o “processo social está sempre deixando heranças que acabam constituindo uma condição para as novas etapas.” Seja qual for essa herança, há nela uma prática, sendo, como escreve o autor, “[...] a prática depositada nas coisas, tornada condição para novas práticas.”

Assim, compreende-se que processos e práticas estão imbricados e que a sua associação em um dado período espaço-temporal deixa permanências, chamadas por Milton Santos de rugosidades, as quais têm influência no surgimento de novos processos e novas práticas espaciais. Depreende-se, pois, que as rugosidades são marcas da produção do espaço em tempos pretéritos que contribuem para revelar as formas urbanas atuais e seus conteúdos.

Carlos (2007) entende que refletir acerca das práticas espaciais contribui para a reflexão da diferenciação socioespacial. A autora toma por base a desigualdade manifesta no espaço, entendendo que esta é proveniente da produção do espaço; espaço este que é produto não apenas das relações de produção, mas da produção da vida, chamado por ela de reprodução da sociedade.

Diante disso, Carlos (2007, p.50) compreende que pensar sobre os conteúdos das práticas espaciais, especialmente os mais recentes, contribui para entender o processo de diferenciação socioespacial, o que significa considerar:

a) a reprodução da sociedade e do espaço em seu movimento contraditório como produto da história; b) no plano espacial, a localização e realização do confronto entre necessidades e objetivos diferenciados, segundo os níveis da realidade social (segundo a classe), política ou econômica gerando, nos dias atuais, uma prática socioespacial caracterizada pela normatização e pelo controle (uma prática que caracterizaria a cidade como segregada, por exemplo); c) as novas estratégias que associam os planos do econômico e político no sentido de atuação conjunta no espaço e nos ‘negócios urbanos’ com o desenvolvimento, por exemplo, das parcerias público-privadas; d) as novas formas de contestação.

Percebe-se, no exercício de construção teórica sobre a diferenciação socioespacial dos autores citados Carlos (2007); Corrêa (2007); Sposito (2013);

Vasconcelos (2013), que a desigualdade está presente no centro das discussões sobre o tema, ou seja, as ações desenvolvidas nas esferas econômica, política e social têm rebatimentos na produção do espaço urbano e se manifestam em formas igualmente desiguais para a sociedade e no seu acesso à cidade, por meio do consumo de espaços, produtos e serviços.

A produção desigual do espaço pode ser revelada em espaços de moradia, espaços de consumo, espaços de lazer, concebidos com base em empreendimentos que podem engendrar processos de segregação ou fragmentação em função da segmentação socioespacial. Tais processos distinguem locais diferentes para se habitar, com menos ou mais infraestrutura, ou ainda, locais diferentes para se consumir produtos, serviços e entretenimento, dependendo do poder aquisitivo dos cidadãos.

Para descrever esses processos, conceitos como segregação e fragmentação são utilizados no intuito de explicar a maneira como ocorrem e quais são suas particularidades. A necessidade de abordar esses dois conceitos se faz importante tendo em vista que resultam das desigualdades identificadas no âmbito da produção do espaço urbano.

4 DIFERENCIAÇÃO, DESIGUALDADE, SEGREGAÇÃO E FRAGMENTAÇÃO

Sposito (2013), em relação ao conceito de segregação, ressalta fatores que devem ser observados em seu uso devido à sua adoção em filiações teóricas distintas, o que lhe atribui diferentes sentidos, além da necessidade de se analisar o processo em si, tendo em vista a realidade latino-americana e as distintas formações socioespaciais. Afirma, ainda, que a segregação tem dimensões que podem “implicar ou incluir ou ter interfaces com várias dinâmicas, mas não pode[m] ser confundida[s] com elas: diferenciação espacial, produção de desigualdades espaciais, exclusão social e/ou espacial [...]” (SPOSITO, 2013, p.63).

Com o propósito de explicitar características que sejam próprias ao processo de segregação e que possam distingui-lo teoricamente dos outros processos espaciais, a autora levanta seis pontos a serem considerados em sua construção conceitual:

[1] Nem todas as formas de diferenciação e de desigualdades são, necessariamente, formas de segregação. [...] Só cabe a aplicação do conceito de segregação quando as formas de diferenciação levam à separação espacial radical e implicam rompimento, sempre relativo, entre a parte segregada e o conjunto do espaço urbano, dificultando

as relações e articulações que movem a vida urbana. (SPOSITO, 2013, p.63).

Assim como Sposito (2013), Vasconcelos (2013) também coloca a separação radical do espaço urbano como uma característica da segregação, no intuito de separar comunidades que se diferenciam pela religião, raça, sistema político e social. O autor cita como exemplos os católicos e protestantes na Irlanda, o isolamento forçado de comunidades (guetos ou bairros negros norte-americanos), bem como o Muro de Berlim, que separava a Alemanha Oriental da Ocidental.

Prosseguindo com os pontos de Sposito (2013), a autora destaca as várias faces da segregação, ou as diversas maneiras de qualificá-la.

[2] Múltiplas formas de adjetivá-la [...] social, espacial, socio-espacial, urbana, residencial, étnica [...] [motivadas pelos] modos de apropriação e uso do espaço [por se tratarem de] processos relativos aos espaços citadinos e às práticas que lhe animam a vida. [Sposito tem] preferido “segregação socioespacial”, [pois considera] que as duas dimensões mais importantes da sua constituição estão contidas nesta adjetivação. [3] A segregação é sempre de natureza espacial [...] A segregação é, dentre todos os conceitos e noções que tratam das dinâmicas de segmentação socioespacial nas cidades, o que tem maior grau de determinação no plano espacial: sem este ela não se constitui e somente nele pode se revelar.[4] Embora muitas vezes seja tratada como fato [...] é, na essência, um processo. Como tal, sua espacialidade só pode ser apreendida na perspectiva temporal, ou seja, considerando-se as múltiplas temporalidades que ensejam a vida urbana, desde a longa duração até os tempos curtos do cotidiano na cidade.[...] Embora ela seja espacial, sua ocorrência não é intrínseca às formas espaciais ou explicadas por elas, muito ao contrário, como todo processo ela tem forte relação com as ações [práticas, conteúdos] que a constituem e que colocam em marcha (tanto quanto representam) visões de mundo e de sociedade. [5] A segregação se estabelece sempre como uma mescla de condicionantes e expressões objetivas e subjetivas. [...] a indissociabilidade entre objetividade e subjetividade na constituição e existência da segregação é que não sendo natural, mas, sim, social, ela revela os campos de ações e lutas que movem a sociedade, sendo esta a mais perversa entre suas faces. A segmentação socioespacial, quando se radicaliza e se expressa como segregação socioespacial, não está dada pela linha férrea, não se estabelece por si na lei, não se configura porque resulta de uma ocupação inadequada. Esses fatos só ganham significado no modo como a sociedade os lê, decodifica-os e os representa, usando-os para, em suas ações, em suas práticas e em suas visões, constituir e reproduzir a segregação. Neste movimento, há razões e emoções, normas e transgressões, explicações e crenças, o estrutural e o ideológico, há identidade e intolerância, há o concreto e o abstrato, e muito mais.[6] A segregação vincula-se aos sujeitos sociais envolvidos no processo – os que segregam e os que

estão segregados. Ela não resulta de dinâmicas da cidade em si, como se fossem resultado da competição “natural” entre diferentes grupos pelo uso do espaço. A cidade explica, apenas na medida em que revela os modos como, no âmbito de uma sociedade, as forças se estabelecem, as alianças se realizam, os conflitos emergem e se aprofundam, nos planos político, econômico e ideológico, conforme classes e segmentos de classes sociais. Ela denota, também, contradições mais amplas, as de natureza cultural, étnica e religiosa. (SPOSITO, 2013, p.64-67 [termos acrescidos]).

Além desses aspectos levantados por Sposito (2013), a autora e Vasconcelos (2013) ressaltam as novas formas de segregação socioespacial reveladas nas formas de moradia, segundo a qual sujeitos socialmente homogêneos decidem, como ratifica Vasconcelos (2013), se autossegregar. Os aspectos que estão envolvidos nesta ação, predominantemente são de caráter socioeconômico, mas não apenas, pois podem ser também étnicos, culturais, dentre outros, bem como podem estar todos relacionados. Esse processo ocasiona parcelas urbanas onde os sujeitos sociais vivem entre os seus iguais e evitam o estranhamento com os que são diferentes. A autossegregação ocorre em cidades de todos os portes, está presente no centro delas, em seu entorno e em sua periferia. Portanto, ela faz parte de diversos segmentos sociais e fica bem caracterizada pelos condomínios e loteamentos fechados.

Neste aspecto, Corrêa (2002) faz uma distinção entre a autossegregação, quando os cidadãos optam por viver entre muros, na forma de moradia que supõe separação dos diferentes, controle de acesso e qualidade de vida, e a segregação imposta, quando o indivíduo é segregado não por escolha, mas porque não detém meios materiais para habitar em outra localização próximo à área de amenidades.

Corrêa (2002, p.64) explica:

[...] a primeira referindo-se à segregação da classe dominante, e a segunda à dos grupos sociais cujas opções de como e onde morar são pequenas ou nulas. A segregação assim redimensionada aparece com um duplo papel, o de ser um meio de manutenção dos privilégios por parte [dos grupos dominantes] e o de um meio de controle social por [estes mesmos grupos] sobre os outros grupos sociais, [...]. Este controle está diretamente vinculado à necessidade de se manter grupos sociais desempenhando papéis que lhe são destinados dentro da divisão social do trabalho, [...] papéis impostos [pelos grupos dominantes que precisam] controlar um grande segmento da sociedade, não apenas no presente mas também no futuro, pois se torna necessário que se reproduzam as relações sociais de produção.

Outro conceito também utilizado quando a segmentação socioespacial está em

análise, é o de fragmentação. O que diferencia o processo de segregação do processo de fragmentação socioespacial?

De acordo com Sposito (2013), a fragmentação socioespacial não anula a segregação. A fragmentação é um processo contemporâneo, não sendo possível utilizar o conceito para a cidade do início do século XX, quando surgiu o conceito de segregação, podendo, contudo, ambos serem empregados para a cidade de hoje.

A fragmentação supõe um aprofundamento das desigualdades, a dissolução das possibilidades de interação entre os diversos cidadãos nos espaços da cidade, inclusive com a restrição de uso dos espaços públicos, o que impossibilita o contato entre os diferentes. Dessa maneira, apresenta um aspecto material e outro simbólico, se dando por meio de práticas e representações que englobam as formas de moradia, como a autosegregação, mas não apenas, pois diz respeito ao uso do espaço urbano nas mais diversas atividades para a realização da vida, priorizando o convívio entre os iguais, demarcando de forma mais intensa as diferenças entre os segmentos sociais. São parcelas de cidades justapostas, heterogêneas e que não formam um “todo”, pois são segmentadas no conteúdo e no uso do espaço urbano, a cidade fragmentada que, de acordo com Vasconcelos (2013, p. 22) corresponde a “[...] uma mistura de usos desconectados, mal articulados pelas infraestruturas de transporte. [...] produzida em parte pela ação (ou inação) do Estado, do mercado imobiliário e, sobretudo, pela ação da população pobre”.

Sposito (2013) ressalta alguns aspectos que devem ser observados para a análise do processo de fragmentação, tais como: o espaço não apenas como resultado da fragmentação, mas como determinante nesse processo; a perspectiva do tempo; a articulação entre as escalas e as mudanças nas práticas espaciais e nas representações sociais acerca das cidades. Além disso, o diálogo com estudos sobre realidades diferentes, mas sem prescindir da importância dos estudos sobre a América Latina, já que abrange a realidade brasileira. Neste aspecto, a autora destaca um estudo latino americano, de Prévôt-Schapira e Pineda, que considera a análise da fragmentação como:

Estudo de políticas públicas e novos modelos de governança nas metrópoles [...]; transformações associadas à globalização e às novas formas de ação empresarial; análise das relações entre mudança social e evolução da estrutura urbana. (SPOSITO, 2013, p.83).

Estudar os processos de diferenciação, segregação e fragmentação, como pode

ser visto ao longo deste tópico, requer a análise do processo de produção e reprodução do espaço urbano, o seu uso, as formas e os conteúdos, as práticas espaciais, dentre outros aspectos importantes que estão relacionados, por exemplo, o planejamento de ações e a produção material da cidade. Para tanto, faz-se importante entender o espaço não apenas como um “componente” isolado, um receptáculo, mas como uma dimensão determinante e relacional, a qual está presente em todos os esforços de construção teórica atinentes ao tema.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depreende-se, então, ao longo deste artigo, que a diferenciação socioespacial é um tema de estudo desde a Geografia Clássica, quando o bojo de seus estudos estava centrado no conceito de região. Somente na década de 1970, com a mudança de paradigma da Geografia Crítica, o objeto de estudo passa a ser o espaço produzido pelo modo de produção capitalista e suas relações de produção, encontrando materialidade no espaço urbano, pois a diferenciação socioespacial é característica das cidades capitalistas (SPOSITO, 2013), revelando a divisão territorial do trabalho em suas formas e conteúdos.

Carlos (2007) argumenta que a produção social do espaço urbano pode ser apreendida nos níveis econômico, político e social e, como condição, meio e produto da produção da vida cotidiana. Nessa dinâmica, a autora afirma que as desigualdades do espaço são produzidas por diversos processos e agentes e podem ser apreendidas por meio das práticas espaciais, em suas determinações materiais e simbólicas e na perspectiva do desenvolvimento histórico da sociedade. Um dos agentes é o Estado que, por meio do planejamento e das políticas urbanas, hierarquiza os espaços, diferenciando-os e ensejando a ação de outros agentes na produção do espaço, que também o fazem com diferenciação.

Logo, pode-se concluir que a desigualdade converteu-se em condição de produção da cidade, via ações de diferentes agentes e processos inseridos ou subordinados às lógicas capitalistas. A cidade é feita desigualmente, pensada desigualmente e planejada desigualmente. Uma característica da cidade do capital, a desigualdade, reverte-se, desse modo, em sua própria condição de existência. A materialidade dessa cidade, suas formas e estruturas, expressa tal desigualdade e condiciona em algum nível práticas espaciais. O produto faz-se, por conseguinte, tão

desigual quanto a sociedade que historicamente gesta-o.

REFERÊNCIAS

BESSA, K. Diferenciação espacial como elemento próprio à natureza da geografia. *Mercator*, Fortaleza, v.9, n.20, p.43-56, 2010.

CARLOS, A. F. A. Diferenciação socioespacial. *Cidades*, Presidente Prudente, v.4, n.6, p.45-60, 2007.

_____. **A (Re) Produção do Espaço Urbano**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.

_____. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 2009.

_____. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.

CORRÊA, R. L. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná E. de; GOMES, Paulo C. da C. CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p.49 -76.

_____. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 2002.

_____. Diferenciação sócio-espacial, escala e práticas espaciais. *Cidades*, v.4, n.6, p.62-72, 2007.

GOMES, P. C. da C. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C. CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p.49 -76.

LEFEBVRE, H. **O pensamento marxista e a cidade**. Lisboa: Ulissea, 1972.

_____. **The production of space**. Blackwell: Oxford, 1991.

SANTOS, M. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. São Paulo: Francisco Alves, 1979.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Edusp, 2006.

_____. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008. 176p.

SOJA, E. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SPOSITO, M. E. B. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: VASCONCELOS, P. de A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (Orgs.). **A cidade**

contemporânea: segregação socioespacial. São Paulo: Contexto, 2013.

_____. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L. de; SPOSITO, M. E. B. (Orgs.). **A produção do espaço urbano:** agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011.

VASCONCELOS, P. de A. Contribuição para o debate sobre processos e formas socioespaciais nas cidades. In: VASCONCELOS, P. de A.; CORREA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (Orgs.). **A cidade contemporânea:** segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2013.

Michele de Sousa – Graduação em Turismo pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR), mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), campus de Presidente Prudente. Professora Adjunta III do Curso de Turismo da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

Arthur Magon Whitacker – Licenciatura e bacharelado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Campus de Presidente Prudente. Na mesma instituição desenvolveu mestrado e doutorado e é professor junto ao Departamento de Geografia e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia. Tem curso de pós-doutorado realizado na Universidade do Porto, Portugal.

Recebido para publicação em 24 de outubro de 2017

Aceito para publicação em 25 de junho de 2018